



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

1ª CÂMARA DE JULGAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 512/2014

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

65ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM: 11/07/2014

PROCESSO Nº 1/1193/2011 AI: 1/2011.00140-5

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDA: PAPEIS TÉCNICOS DO NORDESTE LTDA.

CONSELHEIRO RELATOR: ANDRÉ ARRAES DE AQUINO MARTINS

EMENTA: FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ANTECIPADO DECORRENTE DA AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO, NO SENTIDO DE MODIFICAR A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO, EM RAZÃO DE FALHA APONTADA NO EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS. NÃO CONSTOU NO EDITAL REFERENCIA AOS DÉBITOS OBJETO DA INTIMAÇÃO. VIOLAÇÃO A ESPONTANEIDADE. NULIDADE NOS TERMOS DO ART. 53, DO DECRETO N.º 25.468/99. DECISÃO DE ACORDO COM O PARECER DA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA.

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **PAPÉIS TÉCNICOS DO NORDESTE LTDA** teria deixado de recolher ICMS-Antecipado de julho a outubro de 2008, restando assim relatada a infração:

"FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ANTECIPADO DECORRENTE DE AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA EM PAUTA, DEIXOU DE RECOLHER O ICMS ACIMA IDENTIFICADO, REFERENTE AOS MESES DE JULHO A OUTUBRO DE 2008, CONFORME FOI DEVIDENTE SOLICITADO, COMO PROVA TERMO DE INTIMAÇÃO QUE VAI ANEXADO."

A empresa fora supostamente intimada por edital. No entanto, não apresentou qualquer defesa, restando revel (fl. 17).

Em primeira instância o julgador singular, analisando os autos do processo, decidiu que o caso não se tratava "falta de recolhimento", mas de "atraso de recolhimento", tendo em vista o estabelecido no art. 42, III, do Decreto nº 25.468/99, uma vez que o ICMS deixou de ser recolhido por antecipação tributária. Dessa forma, julgou pela PARCIAL PROCEDENCIA do auto de infração, modificando a penalidade da prevista no art. 123, I, "c", da Lei nº 12.670/96 para a prevista na alínea "d", do mesmo dispositivo legal.

Como a decisão foi totalmente contrária aos interesses do Estado, em valor superior a 5.000 Unidades Fiscais de Referência – Ufirs (art. 66 do Decreto nº 25.468/99), a Célula de Julgamento de 1ª Instância interpôs recurso de ofício, nos termos que prevê o art. 65 do Decreto nº 25.468/00.

A Consultoria Tributária se manifestou, através de parecer nº 634/2013 (fls. 74 a 76) no sentido de conhecer do recurso oficial para dar-lhe provimento, sugerindo a reforma da decisão de parcial procedência do auto de infração, proferida pela 1ª Instância Administrativa, para a NULIDADE, uma vez que a intimação editalícia teria apresentado falhas no que tange a informação ao autuado acerca dos dados do débito.

É o relatório.



VOTO

Conforme se infere da análise dos presentes autos, trata-se de acusação fiscal de falta de recolhimento do ICMS-Substituição Tributária, no período de julho a outubro de 2008, decorrente da aquisição interestadual de mercadorias.

Analisando ao caso, contudo, constatou-se um vício na formação do presente processo que o torna nulo de pleno direito, impedindo, inclusive, a análise do mérito.

A intimação realizada pela fiscalização, através de EDITAL, solicitando a comprovação dos recolhimentos dos valores supostamente não recolhidos aos cofres públicos, a título de antecipação, está lacunosa e imprecisa, uma vez que não apresentou quais débitos de ICMS caberia ao contribuinte comprovar o recolhimento.

Esse fato torna nulo de pleno direito o auto de infração de que se cuida, uma vez que viola o direito a espontaneidade do contribuinte.

A consultora tributária, em análise dos autos, também entendeu no mesmo sentido acima apresentado, conforme se lê a seguir:

"A denuncia disposta na peça vestibular versa a respeito da constatação de flat de recolhimento do ICMS, no período de julho a outubro de 2008, relativo as aquisições de mercadorias oriundas de outros estados que se sujeitam a sistemática da antecipação tributária. Inicialmente, cabe informar que o agente fiscal designado na ordem de serviço n.º 2010.33630 a executar diligencia fiscal especifica para falta de recolhimento do ICMS no período de 01/06/2008 a 31/12/2008 emitiu o Termo de Intimação n.º 2010.28993 solicitando a empresa diligenciada os comprovantes dos recolhimentos conforme listagem anexada. No primeiro momento foi enviado o referido termo por AR em 22/11/2010 e ainda a listagem mencionada, conforme se observa na declaração do conteúdo na copia do verso das fls. 10. [...]. Observa-se que o agente fiscal diante do retorno do AR pelos correios com carimbo no envelope (fls.10) informando que o contribuinte "mudou-se", providenciou o Edital de Intimação n.º 141/2010 para efetivar a ciência do Termo de Intimação n.º 2010.28993, na tentativa de agir conforme preceitua o art. 26, da Lei n.º 12.732/97 [...]. Observa-se ainda no próprio termo de intimação o agente fiscal não mencionou os dados básicos relativos ao débito, como tipo de receita



(ICMS Antecipado), mês de referencia e valor, apenas menciona que os recolhimentos são aqueles constantes na listagem anexada, o que leva a presunção de ser a tela de consulta do COPAF acostada as fls.11. *Quando da formalização da ciência do termo de intimação por EDITAL, verifica-se que este não foi elaborado com os requisitos mínimos que garantam a publicidade do ato no sentido de dar conhecimento ao contribuinte da origem dos débitos inseridos na autuação, pois neste deveria constar no mínimo os dados principais dos débitos, o que de fato não ocorreu, visto que a sua redação remete para o Anexo Único e nele não há nenhuma informação que identifique os débitos que foram objeto da autuação.* Essa fase procedimental que se configura com a ciência do contribuinte no termo de intimação, implicitamente está revestida pelo caráter da espontaneidade, visto que no prazo estabelecido pelo fisco, o contribuinte pode não somente comprovar a sua regularidade, como também resolver as pendencias apontadas, inclusive, recolhendo tempestivamente os valores devidos. Dessa forma considera-se que a falha apontada no referido edital de intimação torna tal ato sem efeito, o que culmina com a nulidade do feito fiscal, conforme preceitua o art. 53 do decreto n.º 25.468/99. Por todo exposto, opina-se pelo conhecimento do Recurso Oficial, dando-lhe provimento para que se modifique a decisão singular de PARCIAL PROCEDENTE para NULIDADE do auto de infração."

Portanto, não restam dúvidas quanto a nulidade do auto de infração de que se cuida.

Em sendo assim, entendo que o presente auto de infração deve ser julgado NULO, pelas razões apresentas e em conformidade com o Parecer da Célula de Consultoria e Planejamento, motivo pelo qual VOTO para que se conheça do Recurso Oficial interposto, e lhe seja DADO PROVIMENTO, para que seja reformada a decisão de PROCEDENCIA proferida pela 1ª Instância Administrativa. Conforme o parecer da consultoria adotado pelo representante da D. PGE.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CELULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA** e recorrida **PAPEIS TÉCNICOS DO NORDESTE LTDA - EPP**. A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, dar-lhe provimento, para por maioria de votos, em grau de preliminar declarar a NULIDADE do feito fiscal, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme Parecer da Consultoria



Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Votou contrário a nulidade o Conselheiro Manoel Marcelo Augusto Marques Neto, entendendo que *in casu*, a intimação fora efetuada de forma regular e válida propiciando ao sujeito passivo o exercício da ampla defesa e do contraditório.

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 10 de 10 de 2014.

Francisca Marta de Sousa
Presidente

Edison Izaias de Jesus Junior
Conselheiro

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro

Ana Mônica Pigueiras Menescal
Conselheiro

Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro

Matheus Viana Neto
Procurador do Estado

Sandra Arraes Rocha
Conselheira

Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira

José Gonçalves Feitosa
Conselheiro

André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro Relator